

O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA E SUAS ESTRATÉGIAS PARA ASSEGURAR A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Aléxia Silva Fernandes ¹
Elita Betania Andrade Martins ²

RESUMO

Este texto é parte de uma pesquisa de Mestrado sobre o papel do Centro de Formação de professores em Juiz de Fora, especialmente no contexto propostas da formação continuada. A pesquisa está na fase inicial de levantamento e análise documental. Para estudo da questão foi feita a leitura e análise do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e do Plano Municipal de Educação de Juiz de Fora (PME 2017-2027), considerando suas metas de formação docente e a leitura de autores Fernandes (2000) e Ball (2016) sobre as disputas políticas das propostas da formação inicial e continuada docente no PNE e a ausência da menção do espaço importante para tal finalidade que é Centro de Formação no documento do PME. O PNE inclui as metas 15 e 16 que visam garantir a formação inicial e continuada dos professores, o que também é contemplado no em suas metas 11 e 12 do documento municipal. Tais metas merecem destaque pela sua importância para a valorização e aprimoramento dos professores. No entanto, desperta nossa atenção a ausência de referência ao Centro de Formação de Professores no texto do PME aprovado em 2017, já que poderia se constituir em importante instrumento para cumprimento das metas relativas a formação continuada em nosso município. Tal estudo se revela importante diante do contexto de construção do novo PNE e consequente elaboração de planos dos demais entes federativos, o qual levanta questões sobre seu papel atual. Este trabalho visa contribuir para a reflexão teórica e para a discussão sobre a importância do Centro na formação contínua dos professores em Juiz de Fora.

Palavras-chave: Educação, Formação Continuada de Professores, Plano Municipal de Educação

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de-uma pesquisa de Mestrado que investiga o papel do Centro de Formação de Professores da rede municipal de educação de Juiz de Fora, no processo de formação continuada dos professores da referida rede de ensino. A pesquisa se encontra na fase inicial de levantamento e análise documental.

Dentre os documentos consultados, destacamos o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e Plano Municipal de Educação de Juiz de Fora (2017-2027), que ao serem estudados, nos permitiram compreender como as metas de formação docente, contidas

¹ Mestrando em Educação da Faculdade de Educação – UFJF, alexiafernandes786@gmail.com

² Professor orientador: Professora Adjunta Faculdade de Educação – UFJF, elita.martins@ufjf.br

estão sendo concretizadas. Para a análise contamos com as reflexões de autores como Fernandes (2000) e Ball (2016). Justifica-se a relevância deste estudo, em um contexto de reconfiguração do PNE, em que se avalia o cumprimento do atual e se discute no Congresso, a elaboração do próximo PNE.

METODOLOGIA

Como afirmado anteriormente, nosso estudo encontra-se na fase inicial de levantamento e análise documental. A metodologia adotada implica a coleta de dados documentais que abordam as metas de formação continuada, identificando como estas estão sendo implementadas e quais desafios têm surgido ao longo desse processo. Através das leituras realizadas, reconhecemos a importância do PNE na configuração da política de formação de professores, que se reflete em suas metas específicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A formação de professores é um tema central nas políticas educacionais, especialmente nas disputas relacionadas ao Plano Nacional de Educação (PNE) e ao Plano Municipal de Educação (PME). Neste contexto, Stephen Ball (2016) oferece importantes contribuições para entender as tensões na formulação de políticas, que em nosso caso, são representadas pelas políticas de formação de professores.

Ball (2016) argumenta que a formação de professores e tornou um campo favorável à atuação do setor privado, que expande a oferta de cursos e programas de capacitação sob uma lógica mercadológica, um exemplo citado em seus estudos é a implementação da Bridge Internacional Academies³ (BIA), uma rede de escolas privadas no setor público dos países africanos e na Índia, o qual oferecia uma:

³ A *Bridge International Academies* (BIA) é uma empresa que oferece educação com fins lucrativos para crianças na Índia, Quênia, Nigéria e Uganda. Iniciada em 2008, a empresa se autodenomina uma "empresa social", buscando oferecer educação de baixo custo em regiões de extrema pobreza. Sob a lógica apresentada por Stephen J. Ball em *Educação Global SA*, esse tipo de empreendimento reflete a crescente mercantilização da educação, onde os investidores privados passam a ocupar o espaço tradicionalmente público, motivado pela lógica de mercado.

formação continuada de professores e desenvolvimento da capacidade de liderança como parte da “escola em uma caixa”. (...) Essa abordagem é comparada àquelas outras grandes empresas de cadeia-de-serviço em larga escala, tais como o Mc Donalds. (BALL, 2016, p. 219).

A análise de Marcondes *et al.*, (apud Ball, 2016) indica que a formação docente se transforma em mercadoria, levando à participação crescente de atores privados na formulação de políticas educacionais. Isso resulta na terceirização da formação continuada, com cursos oferecidos por empresas que comercializam programas prontos, comprometendo a qualidade da formação dos professores.

Essa dinâmica não apenas transforma as políticas educacionais em um mercado, mas também considera a formação de professores como a única solução para os desafios da educação pública. Além disso, Grimm *et al.*, (apud Ball, 2016) evidenciam a oferta de produtos educacionais variados, que incluem pacotes comerciais de políticas de alfabetização, gestão e tecnologias. Essa tendência de "empacotamento" da educação reflete a mercantilização da formação docente, em detrimento de abordagens mais holísticas e inclusivas.

O autor aponta que o discurso de "crise" da educação pública vem sendo associado a um movimento que considera o mercado como capaz de oferecer soluções mais eficientes e rápidas. Essa visão, muitas vezes, implica na crença de que para resolver os problemas educacionais, basta investir na formação de professores. No entanto, essa perspectiva pode desviar a atenção das reais necessidades dos docentes, priorizando resultados mensuráveis e uma formação técnica em detrimento de uma reflexão crítica sobre a prática docente (GATTI, 2019). Essa crença na eficácia do mercado pode, inclusive, levar ao desmonte de iniciativas públicas essenciais, como o Centro de Formação de Professores da rede municipal de Juiz de Fora.

Segundo Fernandes (2000), esse Centro desempenhou um papel crucial na capacitação docente desde sua criação, surgindo em resposta ao contexto social e político dos anos 1980, marcado pela luta pela redemocratização e pelo fim da ditadura militar. O Centro ofereceu uma alternativa para as crescentes demandas de qualificação docente, enquanto a Escola Normal se concentrou na formação inicial. Assim, o objetivo central da criação do Centro está intimamente relacionado à busca pela qualidade do ensino, alinhando-se às políticas educacionais locais e nacionais em constante transformação (Fernandes, 2000).

A análise de Fernandes (2000) sobre o Centro de Formação de Professores em Juiz de Fora reforça a relevância histórica desse espaço na qualificação docente, especialmente em um contexto de democratização e valorização do ensino. A ausência desse Centro no PME pode evidenciar um não reconhecimento do papel central que essa instituição pública-desempenhou na formação da rede.

Diante desse panorama, fica evidente que a formação de professores está intrinsecamente ligada às dinâmicas políticas e econômicas que moldam as políticas educacionais contemporâneas. As influências do neoliberalismo e da mercantilização da educação não apenas moldam a maneira como os docentes são formados, mas comprometem a essência do que significa educar.

O conceito de Ciclo de Políticas, apresentado por Ball, nos ajuda a entender como as decisões tomadas em esferas mais amplas impactam diretamente a formação e as práticas educacionais em contextos locais. Um exemplo disso é o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei Federal 13.005/2014 e que apresenta 20 metas que devem ser seguidas por todas as autoridades ao longo de uma década.

Em função do foco desta pesquisa, destacaremos as metas 15 e 16 deste documento, que estão diretamente relacionadas à formação de professores, assim como as metas 11 e 12 adotadas no Plano Municipal de Educação de Juiz de Fora. Essas metas são cruciais para a capacitação docente e refletem as diretrizes que devem ser seguidas para melhorar a qualidade da educação na cidade de Juiz de Fora.

A Meta 15 do PNE ressalta a importância de assegurar, com a colaboração entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, uma política nacional de formação para os profissionais da educação, que deveria ser implementada dentro de um ano após o início da vigência do plano. Essa meta é desdobrada em 13 estratégias, que incluem reformas curriculares, a concessão de bolsas de estudo e a ampliação de programas, entre outras ações, visando garantir que todos os professores da educação básica possuam formação superior específica em licenciatura na área em que atuam.

Por sua vez, a Meta 16 aborda a formação continuada dos docentes, com ênfase na formação adquirida em cursos de pós-graduação, promovendo o constante aprimoramento de suas competências ao longo da carreira. Isso requer a implementação de políticas e programas voltados para a atualização e especialização dos professores, alinhando-se às necessidades dos sistemas de ensino.

Porém, ambas as metas não conseguiram alcançar os resultados esperados. Segundo o portal de notícias UOL⁴, a meta 15 não foi concluída dentro do prazo (junho de 2024). Entre os motivos para o não avanço das propostas estão a pandemia, cortes no orçamento e a falta de priorização das políticas educacionais.

Conforme relatado pelo portal Globo⁵, a meta 16 também não foi alcançada, apesar do número de professores da educação básica com pós-graduação ter avançado de 31,6% para 40,9% entre 2014 e 2022. A Campanha Nacional pelo Direito⁶ à Educação destacou que houve dificuldades na coleta de dados referentes à meta 16.

Esses resultados são atribuídos a diversos fatores, como os acontecimentos da pandemia, cortes ~~podem~~ orçamentários, falta de priorização das metas e ausência de dados em 2022, o que prejudicou o acompanhamento do cumprimento das metas. A respeito dos cortes orçamentários, notícia veiculada no portal “Senado de Notícias” destaca que a aprovação da Emenda Constitucional 95⁷ resultou em restrições financeiras severas, afetando diretamente o financiamento das políticas educacionais.

Em outra reportagem do portal “Câmara dos Deputados”, em 2021, houve um corte significativo nas verbas destinadas à educação, totalizando um bloqueio de R\$ 2,7 bilhões⁸. Essas limitações financeiras tornaram difícil a implementação de ações que poderiam atender as diferentes metas do PNE, inclusive as 15 e 16 por nós destacadas.

Ainda segundo a reportagem, os especialistas, como os membros do Fórum Nacional de Educação, apontaram que os erros cometidos durante a execução do PNE, aliados à ausência de um Sistema Nacional de Educação eficaz, contribuíram para que os

⁴<https://educacao.uol.com.br/noticias/2023/07/31/por-que-metas-plano-educacao-nao-serao-concluidas.htm#:~:text=Definidas%20em%202014%20durante%20o,o%20n%C3%A3o%20avan%C3%A7o%20das%20propostas.>

⁵<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/noticia/2024/06/25/plano-nacional-de-educacao-completa-dez-anos-sem-atingir-nenhuma-meta-completamente.ghtml>

⁶https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2024/06/6879902-dez-anos-do-plano-nacional-de-educacao-e-so-tres-metas-atingidas.html#google_vignette

⁷<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/11/21/teto-de-gastos-provocou-queda-de-recursos-para-educacao-apontam-especialistas>

⁸<https://www.camara.leg.br/noticias/749955-orcamento-2021-e-sancionado-educacao-economia-e-defesa-tem-maiores-cortes/>

objetivos propostos não fossem alcançados. Essa análise enfatiza a necessidade de uma abordagem mais integrada e priorizada para garantir a formação docente e, conseqüentemente, a qualidade da educação no país.

A ausência de dados em 2022 resultou, em parte, da falta de um sistema nacional de educação que integrasse informações sobre a formação de professores e o cumprimento das metas do PNE, conforme o Relatório de Monitoramento do INEP. Essa lacuna dificultou a avaliação do progresso das metas, especialmente durante a pandemia de COVID-19, que desorganizou rotinas escolares. Além disso, a escassez de recursos financeiros prejudicou estados e municípios na realização de levantamentos adequados, contribuindo para a falta de dados essenciais. Esses fatores evidenciam a urgência de fortalecer as políticas de coleta e análise de dados no setor educacional.

Apesar da inexistência de um sistema nacional, desde a aprovação do PNE há indicações da necessidade de articulação entre os diferentes sistemas, como exemplo disso, destacamos o Caderno de Orientações do MEC (2014), que enfatiza a importância de elaborar planos de educação em níveis estaduais e municipais. Conforme o documento, esses planos devem ser articulados para viabilizar o sucesso do Plano Nacional de Educação, pois o alinhamento entre as diretrizes do PNE e as iniciativas locais é crucial para atender às demandas específicas da comunidade educacional dos municípios e dos estados:

As sugestões apresentadas foram, mais uma vez, definidas em acordo colaborativo entre o MEC, as secretarias estaduais e municipais, conselhos e fóruns de educação, de forma a contribuir para a efetividade do PNE e, conseqüentemente, garantir os direitos constitucionais de acesso à educação, com qualidade e equidade. (Caderno de orientações do MEC, 2014, p.5).

Como desdobramento do PNE, a construção do Plano Municipal de Educação (PME) de Juiz de Fora teve início no final de 2014, com a constituição de uma equipe técnica local, conforme dados obtidos na pesquisa do grupo GESE (2024)⁹. Ao longo de 2015, a elaboração do PME contou com a participação de diversos representantes nas reuniões do Fórum Municipal e na Conferência Municipal, realizada com o objetivo de votação e aprovação do texto construído pelo Fórum. Esses encontros foram

⁹ Grupo de Estudos em Sistemas de Ensino- da Faculdade de Educação/UFJF, do qual as autores fazem parte, concluiu em 2024, uma pesquisa intitulada “Plano Municipal de Educação de Juiz de Fora: forças e tensões de um documento.”, financiada pela FAPEMIG.

fundamentais para a construção do documento, que foi enviado à Câmara Municipal como proposta de plano.

Contudo, antes de ir à Câmara, o documento passou por várias modificações por parte do Executivo e ainda, recebeu emendas aditivas e substitutivas durante as discussões na Câmara, em diferentes metas relacionadas, inclusive as relacionadas ao trabalho docente. Esta situação gerou insatisfação em diversos setores, em especial os professores, com o texto final aprovado. Essa insatisfação teve vários desdobramentos, entretanto, devido aos limites do presente texto, nos concentraremos na discussão das metas 11 e 12 do Plano Municipal de Educação de Juiz de Fora, que abordam a formação de professores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como mencionado anteriormente, a partir da leitura do texto do Plano Municipal de Educação (PME), aprovado pela Lei 13.502/2017, identificamos duas metas que se concentram especificamente na formação de professores: as metas 11 e 12.

A meta 11, denominada “Profissionais de Educação”, é composta por nove estratégias e enfatiza o Programa de Formação de Profissionais da Educação, que garante tanto a formação inicial quanto a continuada, incluindo cursos de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado:

Elaborar e implementar, ao longo da vigência do Plano Municipal de Educação, no território de Juiz de Fora, o Programa de Formação de Profissionais da Educação do Território de Juiz de Fora, em colaboração com a União e a Superintendência Regional de Ensino, para assegurar as bases e perspectivas da formação inicial (licenciaturas para os professores, bacharelado e/ou tecnólogo para os demais trabalhadores) e formação continuada (cursos de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado) de modo a assegurar a formação dos profissionais. (Plano Municipal de Educação de Juiz de Fora, 2017, p.11)

Entre as estratégias da meta 11, destacamos a primeira, que determina que, no primeiro ano de implementação do Plano Municipal de Educação, a Secretaria de Educação de Juiz de Fora, em parceria com a Superintendência Regional de Ensino, realizasse um diagnóstico detalhado do perfil dos profissionais da educação e das suas necessidades formativas. Esse processo, de acordo com as estratégias mencionadas no documento, teria como objetivo antecipar as demandas futuras de atendimento,

estabelecendo uma base sólida para o Programa de Formação de Profissionais da Educação no território de Juiz de Fora.

O texto do documento, através das estratégias 11.6 a 11.9, estabelece que durante a vigência do Plano Municipal de Educação, a Secretaria de Educação adotará uma série de ações, que incluem a realização de seminários regulares sobre a reforma das licenciaturas e a educação básica, o incentivo à participação dos professores em programas de bolsas para estudos no exterior e o desenvolvimento de cursos direcionados para atender as necessidades da Educação de Jovens e Adultos, incluindo a educação prisional.

Ainda conforme o texto, adicionalmente, serão firmadas parcerias estratégicas com a Universidade Federal de Juiz de Fora, visando garantir a formação de profissionais especializados em áreas como interpretação de Libras e surdo-cegueira, além de promover a educação em direitos humanos em todos os níveis de formação. Em nossa compreensão essas iniciativas buscam não apenas elevar a qualidade da educação em Juiz de Fora, mas também fomentar uma formação mais inclusiva e abrangente para os profissionais da área.

A meta 12 do PME, intitulada “Formação Continuada”, também ressalta o apoio de diversas instituições de ensino, como pode ser lido a seguir:

Até o último ano de vigência do Plano Municipal de Educação, a execução do Programa de Formação de Profissionais da Educação do território deverá garantir a formação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de professores da Educação Básica em nível de pós-graduação vinculados à educação e que todos os profissionais da Educação Básica no território tenham acesso a cursos de formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades e perspectivas dos sistemas públicos de ensino e das unidades escolares. (Plano Municipal de Educação de Juiz de Fora, 2017, p.12)

A primeira estratégia da meta 12 envolve a criação de instrumentos normativos para oferecer cursos de aperfeiçoamento e especialização em parceria com instituições de ensino superior. A segunda propõe a formação de um Núcleo de Pesquisas Pedagógicas para incentivar práticas investigativas entre educadores. A terceira sugere a implementação de um Portal Eletrônico de Formação Continuada, que disponibilizaria materiais didáticos e pedagógicos.

Além disso, a Prefeitura pode estabelecer convênios com Instituições de Ensino Superior Públicas para desenvolver projetos de extensão e cursos de especialização, destacando a promoção de cursos em tecnologias educacionais. Essas iniciativas, conforme o Plano Municipal de Educação, visam fortalecer a capacitação dos profissionais da educação e melhorar a qualidade do ensino em Juiz de Fora.

As metas 11 e 12 do PME estão alinhadas com o PNE, compartilhando o objetivo de aprimorar a formação docente para garantir uma educação inclusiva. A meta 15 do PNE assegura que todos os professores tenham formação superior, enquanto a meta 12 do PME promove parcerias com instituições, como a UFJF, para oferecer cursos de pós-graduação. A meta 16 do PNE, que incentiva programas de formação continuada, se conecta com a meta 11 do PME, focada na capacitação de profissionais para atender estudantes com necessidades especiais. Esse diálogo ressalta a importância de uma formação sólida e contínua para os docentes, visando atender às diversidades nas escolas de Juiz de Fora.

Outro ponto, que nos chama atenção, ~~é o fato de~~ durante a leitura das metas do PME que abordam a formação de professores na rede municipal de Juiz de Fora, especialmente no que diz respeito à formação continuada, é a falta de menção ao Centro de Formação de Professores, um espaço da Secretaria de Educação, criado para esse propósito. No texto do Plano Municipal de Educação, o Centro de Formação da rede municipal não é incluído nas estratégias para a formação continuada.

Em um primeiro momento, podemos pensar que tal omissão se deva pelo fato do PME dever estar voltado para as demandas do município e não para a rede municipal de ensino, entretanto, durante a leitura do documento, foi possível observar que o PME inclui estratégias específicas para a rede municipal, como a estratégia 14.1, que trata do Plano de Carreira do magistério e menciona explicitamente os educadores da rede municipal de ensino:

14.1) o Município de Juiz de Fora promoverá, no 1º (primeiro) ano de vigência do Plano Municipal de Educação, estudos de reestruturação e implementação do Plano de Carreira dos Profissionais de Educação do Município de Juiz de Fora, de forma que nenhum profissional do quadro do magistério municipal receba vencimento inferior ao piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica conforme definido em lei federal; (Plano Municipal de Educação de Juiz de Fora, 2017, p. 14).

A partir disso, questionamos: Se é possível incluir uma meta tão específica relacionada aos educadores da rede municipal, por que não há qualquer referência ao Centro de Formação de Professores, que desempenha um papel crucial na formação continuada desses profissionais? O que isso representa? Esquecimento ou um novo papel vem sendo atribuído a esse espaço a partir das lógicas de mercantilização que tem marcado a educação e conseqüentemente, a formação de professores?

Ainda não temos respostas para essas indagações, acreditamos que venham a ser esclarecidas ao final da pesquisa, porém, vale a pena destacar que em uma versão preliminar de um relatório produzida em 2023, pela própria Secretaria de Educação e à qual tivemos acesso, o Centro de Formação de Professores é citado, assim como outros recursos de formação que passaram a ser adotados pela rede municipal, principalmente após a vigência do Ensino Remoto Emergencial (ERE) em decorrência da Pandemia de Covid19 (2020-2022), tais como a plataforma Google Sala de Aula.

A adoção de tais estratégias durante a pandemia, como “solução” para o problema da suspensão das aulas, pode ilustrar o aspecto destacado por Ball (2016) sobre a influência e a participação de empresas privadas na capacitação dos educadores, como destacamos anteriormente.

O referido relatório apontou ainda que as metas 11 e 12, relacionadas à formação dos profissionais da educação, não foram plenamente alcançadas, evidenciando desafios na implementação das estratégias.

Essas lacunas na concretização das metas, sinalizadas pela própria Secretaria de Educação, revelam a necessidade de um planejamento mais robusto e articulado, que reconheça as demandas atuais e promova a formação continuada de forma estruturada, com apoio das instituições de ensino superior.

A ausência de menção ao Centro de Formação de Professores nas diretrizes do PME precisa ser melhor estudada, afinal pode indicar mudanças no papel de tal espaço, principalmente em um contexto, onde a presença de empresas privadas, como a Google, que, por meio do Google Sala de Aula, forneceu ferramentas essenciais para a prática pedagógica durante a pandemia e o pós-pandemia, tem influenciado o processo do trabalho e da formação docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura dos textos do PNE e do PME, nas metas que abordam a formação de professores, nos dá pistas de que as políticas públicas para a formação de professores vêm sendo desenvolvidas em um cenário complexo e desafiador, marcado pela influência de práticas neoliberais que tendem a mercantilizar a educação e conseqüentemente, a formação docente. Apesar da centralidade atribuída à formação de professores nas metas 15 e 16 do PNE e as metas 11 e 12 do PME de Juiz de Fora, essas ainda não foram devidamente cumpridas, como tratado ao longo do texto por diversos motivos.

Esperamos que com o desenvolvimento da pesquisa, possamos compreender melhor a omissão ou escolha por não inclusão do Centro de Formação de Professores da rede municipal como estratégia para a formação de professores e também, explorar mais intensamente a interação entre as esferas pública e privada na formação de professores, e seu o impacto no desenho das políticas educacionais voltadas para a formação de professores.

Acreditamos que a promoção de uma educação crítica e reflexiva, que enfrente os desafios contemporâneos, depende de um compromisso renovado com a valorização do magistério e da formação docente, reconhecendo que um dos fatores que contribui para a qualidade da educação é o desenvolvimento profissional dos educadores. Assim, ao avançarmos nos estudos sobre a formação de professores em Juiz de Fora, ~~devemos~~ esperamos visualizar caminhos que ajudem a integrar as necessidades locais às diretrizes nacionais, promovendo uma educação que seja realmente transformadora e que atenda às expectativas da sociedade.

AGRADECIMENTOS

Secretaria Municipal de Educação e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

REFERÊNCIAS

BALANÇO DO PNE 2023. Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Acesso em: 05 mar. 2024. Disponível em: <<https://campanha.org.br/acervo/balanco-do-pne-plano-nacional-de-educacao-2023/>>.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BALL, Stephen J. Educação Global S.A.: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Caderno de Orientações: Formação de Professores: Diretrizes para a formação inicial e continuada de professores da educação básica. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal nº 10.172, de 09/01/2001. Brasília: MEC, 2001.

FERNANDES, Angelaine Serrat. Formação continuada de professores: uma cultura em construção no cotidiano da escola. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2000.

GATTI, Bernadete et al. Professores do Brasil: novos cenários de formação. Brasília, DF: Unesco. 2019.

GRIMM, Viviane; SOSSAI, Fernando Cesar; SEGABINAZZI, Marília. Globalização, redes políticas e neoliberalismo: as contribuições de Stephen Ball para pensar sobre políticas educacionais na atualidade.

MARCONDES, M.I; FREUND, C.; LEITE, V.F. BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. Como as escolas fazem política: atuação em escolas secundárias. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016. *Práxis Educativa*, [S.I], v.12, n. 3, p. 1028 – 1034, 2017. Disponível em: <https://revistas.eupg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/9643>. Acesso em: 25 de set. 2024.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA. Lei n.º 13.502, de 28/03/2017. Juiz de fora: PJF, 2017.

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JUIZ DE FORA. Lei n.º 13.502/2017. Versão preliminar para análise do Fórum Municipal de Educação, 2023.